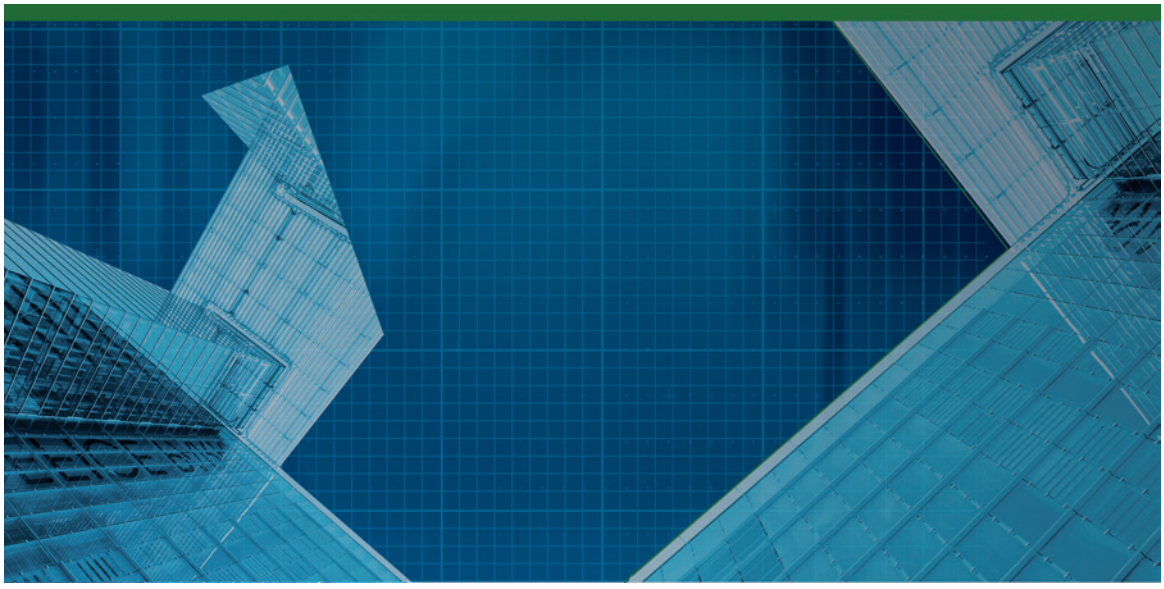


COMÉRCIO
EM FOCO
2011

Equipe Técnica:
Christian Travassos
João Gomes
Leonardo Lima
Marcelo Nicoll
Miguel Dias
Paulo Padilha

Diagramação:
Bernardo Solon
Gabriela Morand

Revisão:
Janaína Linhares
Eduardo Frota

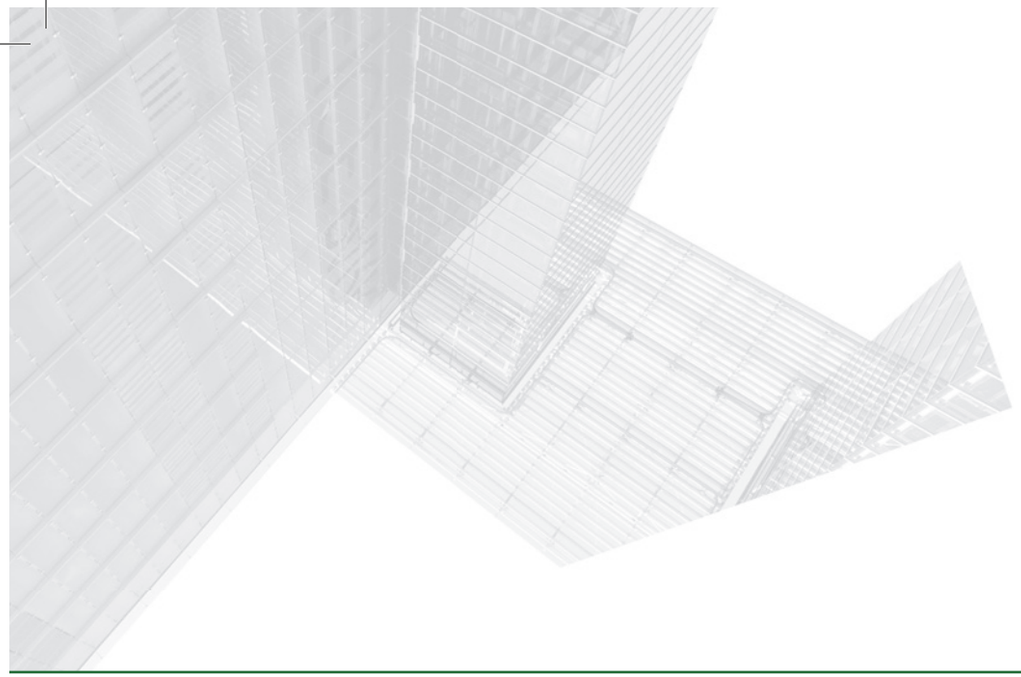
Comércio em Foco 2011 / [Paulo Padilha, autor, João Gomes, organização]. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2011.
52p. 14,8x21 cm
ISBN 978-85-62963-12-4
1. Economia. 2. Comércio. 3. Serviços. 4. Turismo
I. Padilha, Paulo, 1985-. II. Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

© 2011 - Sistema Fecomércio RJ - Todos os direitos reservados

COMÉRCIO EM FOCO 2011

Sumário

Introdução | 04
O Peso das Micro e Pequenas Empresas | 06
Primeiro Emprego | 10
Pesquisa Dificuldades das Empresas | 16
Burocracia | 21
Baixos Níveis de Escolaridade | 28
Baixos Rendimentos da População | 30
Baixos Níveis de Poupança e Investimento | 32
Crédito Restrito | 35
Informalidade e Pirataria | 41
Custos Sobre Utilização de Cartões | 47
Conclusão | 50



COMÉRCIO EM FOCO 2011

INTRODUÇÃO

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo tem exercido papel preponderante no desenvolvimento da economia brasileira, sobretudo nos últimos anos. O país teve uma série de avanços: fortalecimento do emprego formal, baixas taxas de desemprego, crédito em maior volume, menor desigualdade de renda, consumo aquecido, entre outras conquistas. Por outro lado, mais recentemente, houve certa piora na política econômica no que se refere ao tripé câmbio flutuante, sistema de metas de inflação e austeridade fiscal. Acompanhamos medidas de efeito questionável com vistas à contenção do real, a inflação superou o teto da meta de 6,5% e subterfúgios foram utilizados na contabilidade da movimentação pública.

Ainda assim, o país se encontra em meio a um círculo virtuoso de crescimento. Nossos estudos e pesquisas têm demonstrado que o brasileiro está mais confiante, gerenciando melhor seu orçamento e consumindo de forma sustentada. O estado do Rio de Janeiro, por sua vez, passa por um momento diferenciado. O comércio fluminense cresce acima da média nacional, a taxa de desemprego se encontra em pisos históricos e há em curso vultosos investimentos. O peso do mercado interno em sua economia, a perspectiva com a realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, e a visibilidade ainda maior do estado no exterior contribuem para um cenário bastante positivo.

A despeito das turbulências no mercado internacional, com grandes incertezas a respeito da Zona do Euro e dos Estados Unidos, desaceleração econômica na China e dificuldades de recuperação no Japão, a perspectiva para a economia brasileira se mantém favorável, fundamentada, em grande parte, no fortalecimento do mercado interno. O consumo das famílias cresce há 31 trimestres consecutivos, de acordo com os dados mais recentes das Contas Nacionais, do IBGE.

Entre oportunidades e desafios, esta publicação destaca a importância das micro e pequenas empresas em nossa economia, especialmente para o comércio de bens, serviços e turismo. Maioria absoluta dos estabelecimentos e grandes geradoras de emprego e renda, essas empresas, apesar de relevante função socioeconômica, carecem de políticas específicas de desenvolvimento. O empreendedor brasileiro, embora em condições mais favoráveis do que no passado recente, continua sujeito a elevados impostos, excessiva burocracia, juros elevados, altos custos trabalhistas, informalidade, insegurança, entre outras questões que serão abordadas nas páginas seguintes, tendo como base uma pesquisa realizada pela Fecomércio-RJ que investiga os principais problemas enfrentados pelos empresários do Comércio de Bens, Serviços e Turismo fluminense.

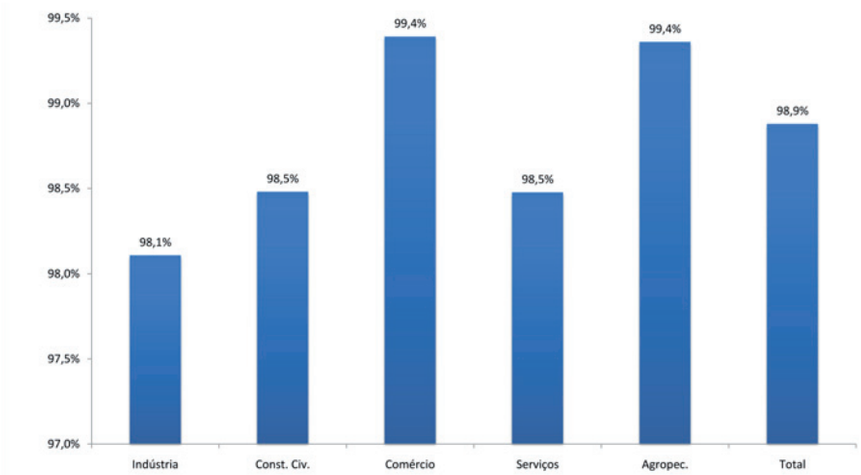
O PESO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas (MPEs) exercem papel fundamental para o desenvolvimento econômico do país, tanto em termos de geração de emprego e renda, pela representatividade em números de estabelecimentos. Sua contribuição para a estabilização social e a propulsão da atividade doméstica ratifica o potencial de medidas que busquem entender a heterogeneidade desse mercado, estimulando a prática do empreendedorismo em um ambiente melhor de negócios. Compreender esta realidade é um importante passo para uma economia cada vez mais competitiva, com maiores oportunidades e menos concentração.

De acordo com dados mais recentes do Ministério do Trabalho e Emprego, existiam no Brasil, ao final de 2010, cerca de 7,5 milhões de estabelecimentos de micro e pequeno portes, que respondiam por quase 17,7 milhões dos postos de trabalho.

Pelo gráfico 1, é possível notar que a representatividade das empresas de menor porte beira a totalidade em todos os setores de atividade, sendo ainda mais intensa no Comércio e na Agricultura, onde as MPEs representam 99,4% de todos os estabelecimentos, e menor na Indústria, com 98,1%. Por sua vez, Construção Civil e Serviços possuem o mesmo percentual, de 98,5%.

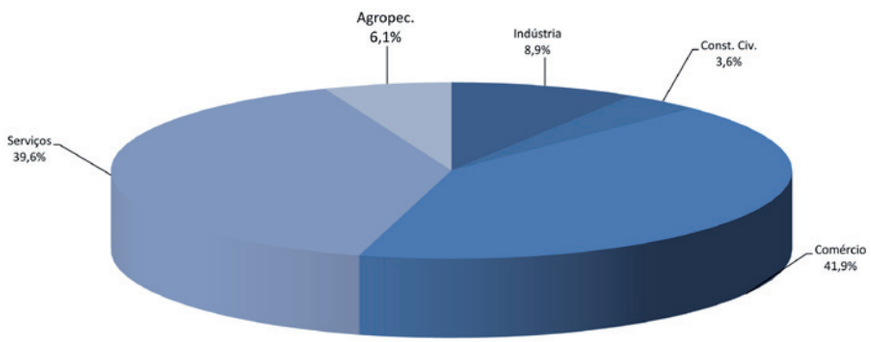
Gráfico 1 . Participação das MPE's por setores



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

A análise estrita sobre as cerca de 7,5 milhões de micro e pequenas empresas do Brasil mostra forte concentração em Comércio e Serviços, que, juntos, representam 81,5% do total de estabelecimentos, sendo 41,9% da mão de obra empregada no Comércio e 39,6%, em Serviços. O restante é distribuído em 8,9% na Indústria, 6,1% na Agropecuária e 3,6% na Construção Civil.

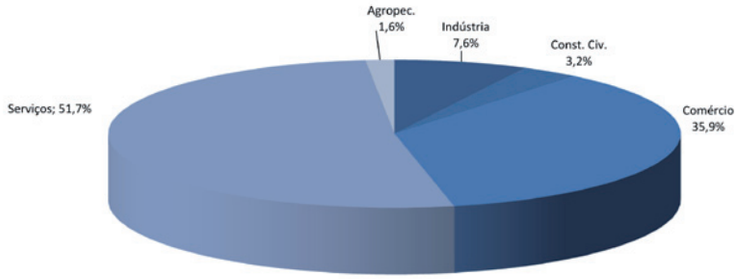
Gráfico 2 . Participação das MPE's por setores - Brasil



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

No estado do Rio de Janeiro, a representatividade de Comércio e Serviços sobre o total de estabelecimentos de micro e pequeno portes é ainda maior, de 87,6%. O restante é distribuído entre Indústria (7,6%), Construção Civil (3,2%) e Agropecuária (1,6%).

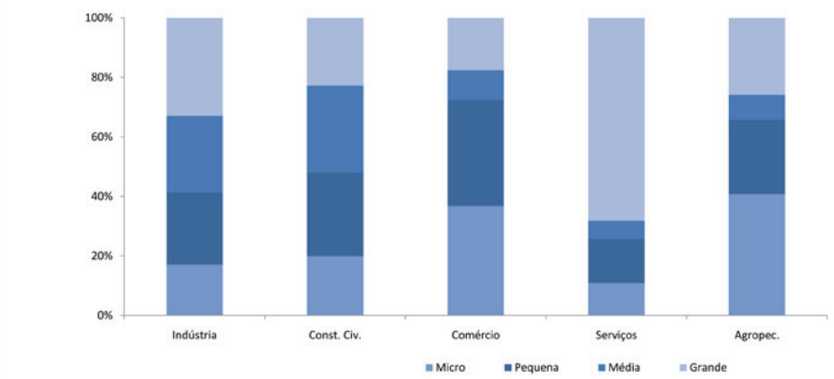
Gráfico 3 . Participação das MPE's por setores do Rio de Janeiro



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

E essa importância das micro e pequenas empresas é evidenciada não apenas pela quase totalidade dos estabelecimentos, mas também pela capacidade de geração de empregos, principalmente no Comércio, onde 72,4% do total de empregados trabalham em micro e pequenas empresas. Agropecuária é outro setor em que as empresas de menor porte possuem grande representatividade sobre a distribuição de empregos, com 65,6%. Construção Civil (48,1%), Indústria (41,3%) e Serviços (25,7%) completam o cenário.

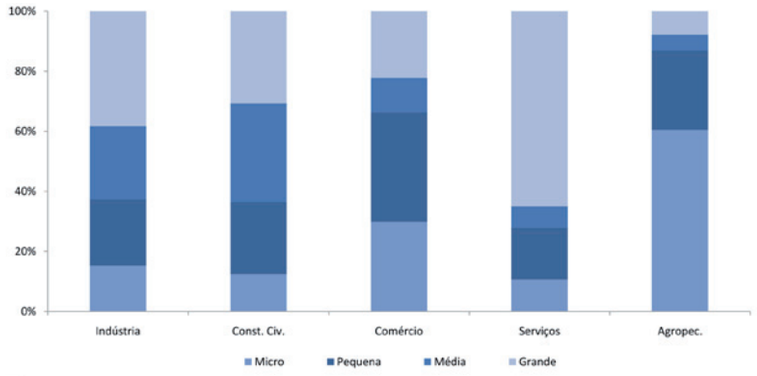
Gráfico 4 . Distribuição percentual por porte de empresas pirmeiro emprego - Brasil



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

Quanto ao estado do Rio de Janeiro, a distribuição sofre uma importante alteração: o peso maior de empregos em micro e pequenas empresas no caso da Agropecuária, sobretudo pela maior participação da agricultura familiar e menor mecanização da produção. Nesse caso, as empresas de menor porte respondem por 86,9% dos empregos do setor. Em seguida, aparece o Comércio, onde as micro e pequenas empresas empregam 66,3% da mão de obra. Por fim, aparecem Indústria (37,3%), Construção Civil (36,3%) e Serviços (27,9%).

Gráfico 5 . Distribuição percentual dos empregos por porte de empresas Estado do Rio de Janeiro



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

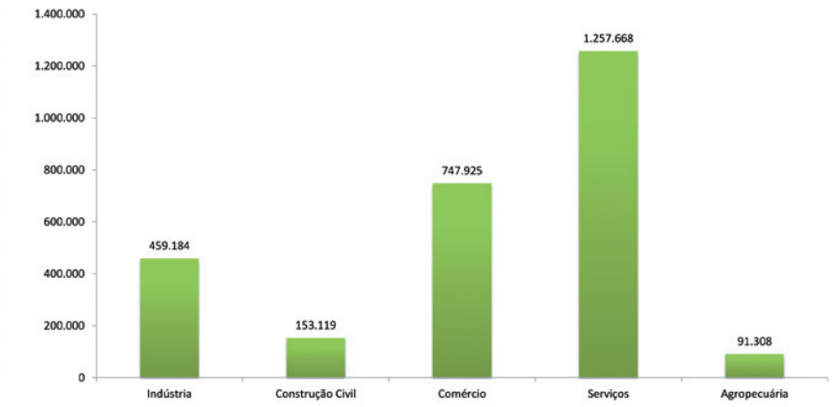
PRIMEIRO EMPREGO – A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO

A inserção laboral, especialmente no caso dos mais jovens, é uma questão fundamental. O desemprego nessa faixa etária tem sido cronicamente superior àquele verificado entre a população adulta nos mais diversos países.

Entre as principais razões para essa realidade apresentam-se a vulnerabilidade dessas ocupações diante de conjunturas econômicas adversas, a falta de experiência, eventuais desalinhos entre o processo educacional e as exigências do mercado e a saída prematura da escola diante da necessidade de complementar a renda familiar.

O incentivo ao primeiro emprego, portanto, é um importante mecanismo de estabilização social, no qual o Comércio de Bens, Serviços e Turismo atua com destaque. Somente em 2010, das 2,7 milhões de admissões em primeiro emprego no país, o setor respondeu por 74%, sendo mais de 1,2 milhão no setor de Serviços e cerca de 748 mil, no Comércio.

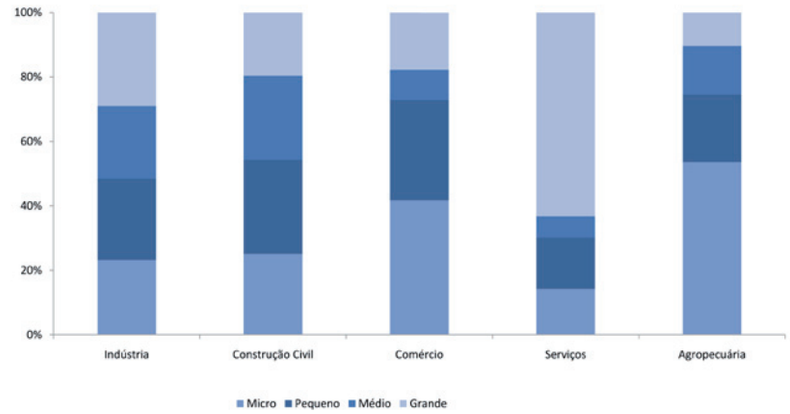
Gráfico 6 . Distribuição primeiro emprego por setores Brasil



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

A abertura por porte de empresas denota a importância dos micro e pequenos estabelecimentos também nesse quesito, especialmente no caso da Agropecuária e do Comércio. Enquanto as micro e pequenas empresas respondem por 48% das admissões de primeiro emprego no país como um todo, na Agricultura essa taxa fica em 75%, enquanto que no Comércio, em 73%. Nos demais setores, as taxas são de 54% na Construção Civil, 48% na Indústria e 30% em Serviços.

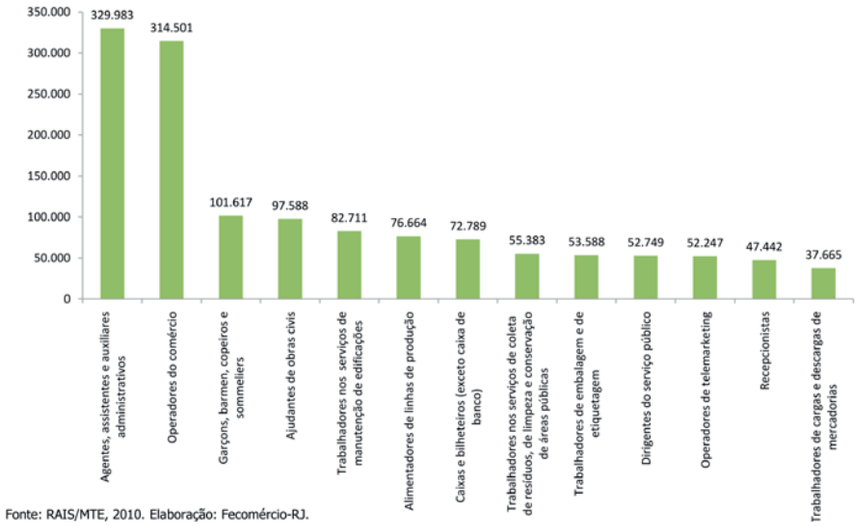
Gráfico 7 . Distribuição primeiro por portes de empresas primeiro emprego Brasil



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

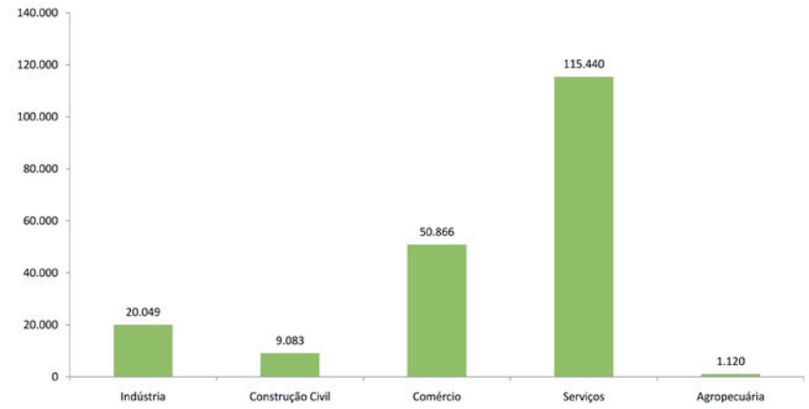
As principais atividades que absorveram primeiros empregos ao longo de 2010 foram Agentes, assistentes e auxiliares administrativos (329.983), Operadores do comércio (314.501), Garçons, barmen, copeiros e sommeliers (101.617), Ajudantes de obras civis (97.588), Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações (82.711), entre outras, conforme exposto no gráfico 8.

Gráfico 8 . Distribuição primeiro emprego por principais atividades Brasil



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

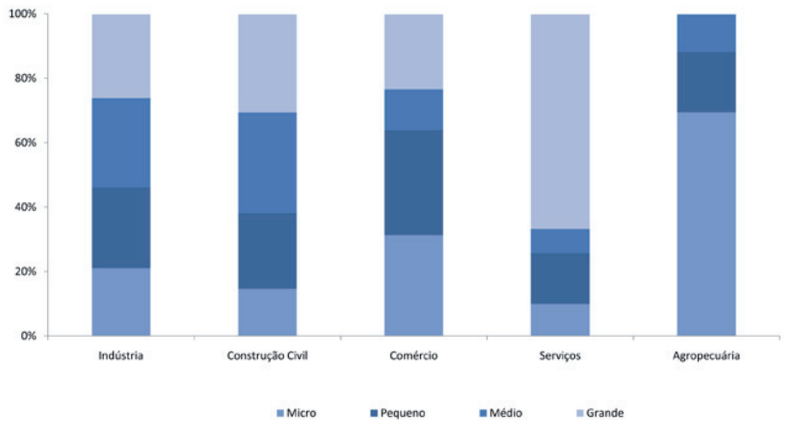
Gráfico 9 . Distribuição primeiro emprego por setores Estado do Rio de Janeiro



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

No âmbito estadual, também se observa a preponderância do Comércio de Bens, Serviços e Turismo na geração destas vagas de forma ainda mais destacada. De um total de 196.558 admissões de primeiro emprego em 2010 na economia fluminense, 85% ficaram a cargo do setor, conforme a distribuição a seguir.

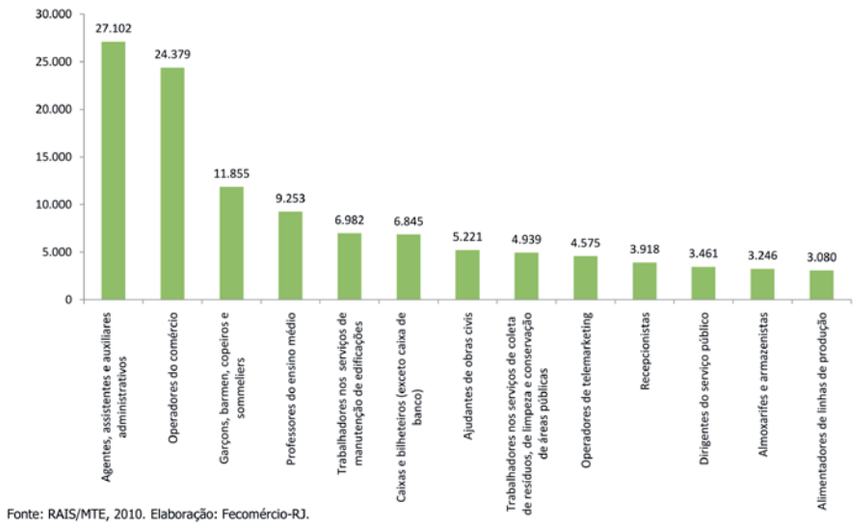
Gráfico 10 . Distribuição percentual por porte de empresas primeiro emprego Estado do Rio de Janeiro



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

Nesta seara, as micro e pequenas empresas também exercem um papel importante no caso do comércio fluminense: 64% dos primeiros empregos gerados em 2010 no setor ocorreram em MPEs. Na Agropecuária, este percentual é ainda maior, 88%. Por fim, a participação das MPEs nas admissões de primeiro emprego pelos demais setores fica da seguinte maneira: Índustria (46%), Construção Civil (38%) e Serviços (26%).

Gráfico 11 . Distribuição primeiro emprego por principais atividades Estado do Rio de Janeiro



Fonte: RAIS/MTE, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ.

As atividades que mais absorvem mão de obra em primeiro emprego no estado do Rio de Janeiro seguem uma distribuição muito semelhante à observada no âmbito nacional. Entre as primeiras no ranking, aparecem Agentes, assistentes e auxiliares administrativos (27.102), Operadores do comércio (24.379), Garçons, barmen, copeiros e sommeliers (11.885), Professores do ensino médio (9.253) e Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações (6.82).

A compreensão dos aspectos que determinam a dinâmica do primeiro emprego está diretamente relacionada à política de combate às desigualdades sociais e, nesse sentido, fomentar as atividades que mais absorvem essa mão de obra é via importante para um desenvolvimento econômico mais igualitário.

Concomitantemente a medidas nessa linha, fortalecer o ensino de base e incentivar ações que visem a qualificação da mão de obra são outras ações inequívocas para uma maior inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Não basta, porém, que o combate ao desemprego juvenil seja norteado apenas pela questão da inserção do jovem no mercado de trabalho, mas também que se atente para a alta rotatividade nesse segmento laboral, cujas principais soluções são educação de qualidade e crescimento econômico sustentado.

PESQUISA DIFICULDADES DAS EMPRESAS

Esta publicação tem, entre seus objetivos, destacar questões fundamentais para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Nesse sentido, o levantamento a seguir investiga as principais dificuldades encontradas pelas MPEs do estado do Rio de Janeiro, de modo a contribuir para o debate em torno de melhorias no ambiente de negócios no qual estão inseridas. O questionário foi aplicado em 1.692 estabelecimentos comerciais entre os dias 02 e 11 de maio de 2011.

As questões trouxeram grupos de alternativas em que o entrevistado apontou aquela que mais prejudicava o dia a dia de sua empresa. Entre as opções citadas no primeiro grupo, relacionadas a questões mais conjunturais, a carga tributária foi apontada como principal dificuldade por 51,0% dos entrevistados, seguida por baixos rendimentos da população (13,5%), falta de políticas governamentais voltadas às MPEs (8,6%), falta de segurança (8,2%) e burocracia (6,3%). Já para 12,4% dos entrevistados, nenhuma das alternativas citadas chega a prejudicar o funcionamento do estabelecimento.

Tabela 1.1

Grupo 1- Conjuntura	
Carga tributária	51,00%
Baixos rendimentos da população	13,48%
Falta de Políticas Governamentais voltadas às MPEs	8,63%
Falta de segurança	8,22%
Burocracia	6,26%
Nenhum destes problemas afeta meu estabelecimento	12,41%
Não sabe ou não informou	0,00%

Fonte: Fecomércio-RJ, 2011.

No segundo grupo, foram abordadas questões comerciais, conforme exposto na tabela 1.2. Entre essas, destacou-se como principal empecilho a concorrência de grandes empresas, com 22,8% das respostas. Bem próxima à alternativa mais citada, apareceu a concorrência de estabelecimentos informais e/ou de produtos piratas (21,2%), seguida por valor do aluguel de máquinas e taxas cobradas pelas administradoras de cartões de débito e crédito (12,8%), prazo para repasse do valor das compras feitas com cartões (7,0%) e dificuldade de acesso à tecnologia (2,3%). Por sua vez, 34% dos respondentes afirmaram que nenhum desses problemas afetava seus estabelecimentos.

Tabela 1.2

Grupo 2 - Comercial	
Concorrência das grandes empresas	22,81%
Concorrência de estabelecimentos informais e/ou de produtos piratas	21,16%
Valor do aluguel de máquinas e taxas cobradas pelas administradoras de cartões de débito e crédito	12,77%
Prazo para repasse do valor das compras feitas com cartão	6,97%
Dificuldade de acesso à tecnologia	2,30%
Nenhum destes problemas afeta meu estabelecimento	33,98%
Não sabe ou não informou	0,00%

Fonte: Fecomércio-RJ, 2011.

O preço do aluguel e/ou do condomínio foi a principal dificuldade apontada no terceiro grupo de alternativas – de questões estruturais -, com 27,0% das respostas. Em seguida aparecem falta de capital de giro (18,4%), ineficiência e custo de serviços básicos, como água, saneamento, luz e telefonia (10,0%), infraestrutura (layout da loja, design e comunicação com o cliente), com 5,4%, existência de poucos fornecedores e/ou dificuldades com prazos para recebimento dos produtos (5,3%) e custo do frete (3,2%). Já 30,7% afirmaram que nenhuma dessas opções representava dificuldade ao seu estabelecimento, enquanto 0,1% não respondeu.

Tabela 1.3

Grupo 3 - Estrutural	
Preço do aluguel e/ou do condomínio	27,01%
Falta de capital de giro	18,38%
Ineficiência e custo de serviços básicos, como água, saneamento, luz e telefonia	10,05%
Infraestrutura (layout da loja, design e comunicação com o cliente)	5,38%
Existência de poucos fornecedores e/ou dificuldades com prazos para recebimento dos produtos	5,26%
Custo do frete	3,19%
Nenhum destes problemas afeta meu estabelecimento	30,67%
Não sabe ou não informou	0,06%

Fonte: Fecomércio-RJ, 2011.

Em questões relativas a crédito, os juros altos foram apontados como a principal dificuldade, obtendo 32,5% das respostas. Outros 9,3% indicaram que a demora ou burocracia para a tomada de financiamento era ainda mais prejudicial à empresa. A exigência de muitas garantias (4,4%), o prazo limitado para pagar financiamentos (2,7%) e a falta de informação sobre linhas específicas de financiamento (2,5%) também foram citados como principal problema nessa seara. Dos entrevistados, 17,3% afirmaram não buscar crédito pela falta de necessidade, enquanto 31,0% disseram não encontrar dificuldades relacionadas às opções citadas. Somente 0,2% não respondeu.

Tabela 1.4

Grupo 4 - Crédito	
Juros altos	32,51%
Não busco crédito porque não preciso	17,32%
Burocracia para tomada de crédito / processo demorado	9,28%
Exigência de muitas garantias	4,43%
Prazo limitado para pagar financiamentos	2,72%
Falta de informação sobre linhas específicas de financiamento	2,54%
Nenhum destes problemas afeta meu estabelecimento	31,03%
Não sabe ou não informou	0,18%

Fonte: Fecomércio-RJ, 2011.

O último grupo de questões tratou de alternativas ligadas à gestão e mão de obra. Para 41,2% dos entrevistados, a principal dificuldade nesse quesito está em encontrar funcionários qualificados. Em seguida, aparecem impostos sobre a folha de pagamento (19,4%), dificuldades para manter bons funcionários (9,9%), falta de conhecimento sobre a área de atuação (2,0%) e salários elevados dos empregados (1,3%). Por sua vez, 26,1% afirmaram que nenhuma dessas opções representava dificuldade ao seu estabelecimento, enquanto 0,1% não respondeu.

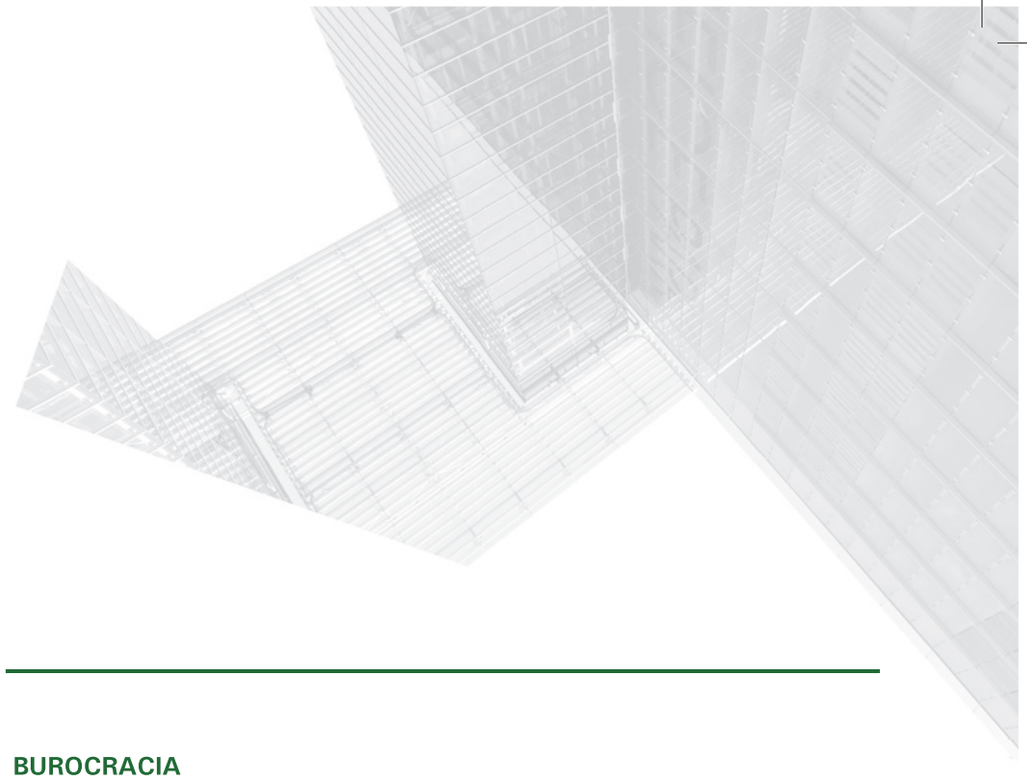
Tabela 1.5

Grupo 5 - Gestão e Mão de obra	
Dificuldade para encontrar funcionários qualificados	41,19%
Impostos sobre a folha de pagamento	19,44%
Dificuldades para manter bons funcionários	9,87%
Falta de conhecimento sobre a área de atuação	2,01%
Salários elevados dos funcionários	1,30%
Nenhum destes problemas afeta meu estabelecimento	26,06%
Não sabe ou não informou	0,12%

Fonte: Fecomércio-RJ, 2011.

Em suma, a pesquisa apontou não só questões conjunturais, como também problemas crônicos enfrentados por nossa economia, em geral, e pelo micro e pequeno empresário do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em particular. A alta carga de impostos, o crédito caro, a necessidade de maiores investimentos em educação e segurança se misturam à concorrência desleal de produtos piratas e às altas taxas cobradas pelas administradoras de cartões, entre outros.

A seguir, apresentaremos uma análise mais detalhada de pontos estratégicos para a competitividade de nossas empresas, que ainda demandam melhorias, a despeito da maior visibilidade do país no cenário externo.



BUROCRACIA

A excessiva burocracia é mais uma carência da economia brasileira. A extensa lista de alvarás, licenças, procedimentos e registros – entre tantas outras exigências – demanda não só muito tempo, como também resulta em perdas financeiras para as empresas.

De acordo com o estudo Doing Business do Banco Mundial, entre as 183 economias estudadas, o Brasil ocupa a 126ª posição em ranking de facilidade em fazer negócios. Para se abrir uma empresa no país são exigidos 13 procedimentos que, em média, demandam um tempo equivalente a 119 dias de trabalho. Com a obtenção de alvarás, são cumpridos 17 procedimentos, em um tempo médio de 469 dias. O registro de propriedades, por sua vez, demanda 13 procedimentos, com tempo médio de 39 dias. Só para o pagamento de impostos são gastas 2.600 horas de trabalho por ano, em um total de 9 pagamentos.

No quesito abertura de empresas, entre as economias em análise, o Chile é o que demanda um tempo menor para abertura de empresas, com média de 7 dias. A Colômbia se destaca na obtenção de alvarás, com 46 dias, assim como demanda menos tempo para o registro de propriedades, 15 dias, e para o pagamento de impostos, 193 horas por ano.

Tabela 2

Economia	Facilidade em fazer negócios	Abertura de empresas		Obtenção de alvarás		Registro de propriedades		Pagamento de impostos	
	Classificação	Número de procedimentos	Tempo (dias)	Número de procedimentos	Tempo (dias)	Número de procedimentos	Tempo (dias)	Pagamentos (número)	Tempo (horas por ano)
África do Sul	35	5	19	13	127	6	23	9	200
Brasil	126	13	119	17	469	13	39	9	2600
Chile	39	7	7	17	155	6	31	9	316
China	91	14	38	33	311	4	29	7	398
Colômbia	42	9	14	8	46	7	15	9	193
Índia	132	12	29	34	227	5	44	33	254
México	53	6	9	10	81	7	74	6	347
Rússia	120	9	30	51	423	5	43	9	290
Uruguai	90	5	7	27	234	8	66	53	336

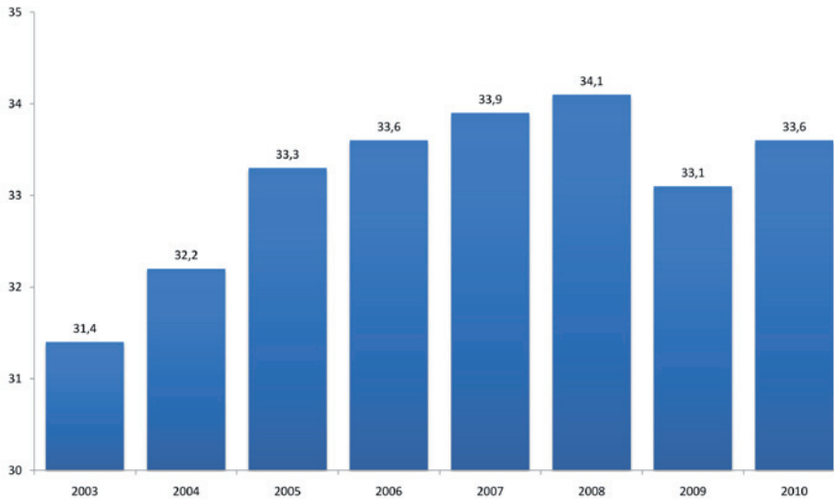
Fonte: Doing Busness, 2012. Banco Mundial. Elaboração: Fecomércio-RJ

Fica claro, portanto, que o país ainda tem pela frente uma série de importantes desafios. É necessário passar por reformas que diminuam a burocracia e a carga tributária para fortalecer o empreendedorismo, as micro e pequenas empresas. Além disso, agilizar a abertura de empresas, a obtenção de alvarás e o registro de propriedades, entre tantas outras obrigações, também contribui para diminuir a taxa de mortalidade das empresas, sobretudo as de menor porte, mais sujeitas aos custos relacionados à gerencia das atividades burocráticas.

CARGA TRIBUTÁRIA

A alta carga de impostos é um problema crônico da economia brasileira. Além de complexo, o sistema tributário nacional recai sobre parcela expressiva de tudo o que é produzido no país, e, não obstante o custo de tributos elevados, a trajetória tem se agravado com o passar dos anos. De 2003 para 2010, a proporção da carga tributária sobre PIB só não cresceu ininterruptamente em função das ações de combate à crise financeira internacional em 2009, que abrangeram diferentes desonerações, como nos casos de IPI, IR e PIS-COFINS. Assim, a carga total de tributos supera 1/3 do PIB nacional, atingindo, em 2010, 33,56%, segundo dados da Receita Federal.

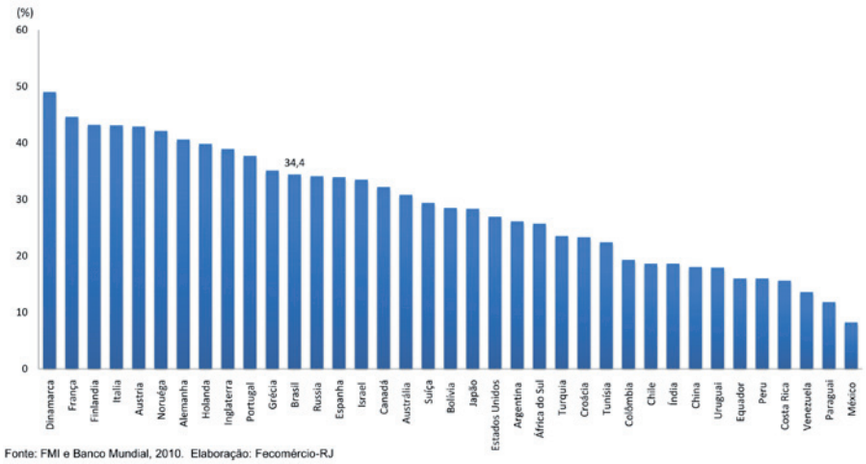
Gráfico 12 . Carga Tributária/PIB 2003 a 2010



Fonte: Receita Federal. Elaboração: Fecomércio-RJ

Com base em dados do Banco Mundial e do FMI, é possível traçar um comparativo entre a carga de tributos no Brasil e em outros países do mundo. Nesse estudo, foram selecionados não apenas países com dinâmicas econômicas semelhantes à brasileira, mas também economias centrais e menos desenvolvidas. Segundo essas instituições, a carga tributária no Brasil representava, em 2010, 34,4% do seu PIB. Em primeira análise, tendo como parâmetros os tributos dos países integrantes do Brics, o Brasil possui a maior taxa Carga Tributária/PIB, na comparação com Rússia (34,1%), Índia (18,6%) e China (18,0%). Na África do Sul, que recentemente aderiu ao grupo, a proporção é de 25,7%. Peculiaridades institucionais à parte, o fato de o Brasil possuir tal carga de tributos sobre sua atividade econômica sugere a existência de certa distorção, corroborada pelo cruzamento da carga de tributos com o PIB per capita em diferentes países.

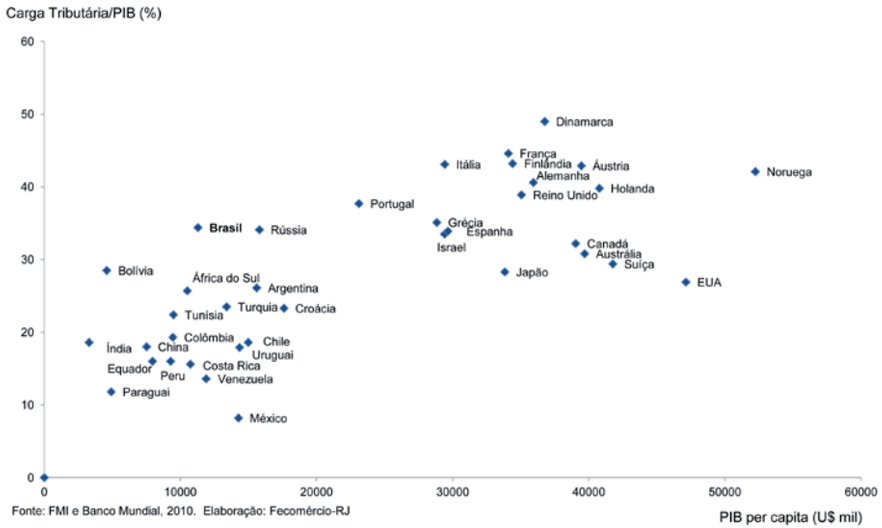
Gráfico 13 . Carga Tributária/PIB Países Selecionados



Fonte: FMI e Banco Mundial, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ

A relação da carga tributária sobre o PIB no Brasil não só é a maior entre países emergentes, como também supera a de nações como Japão, Suíça, Estados Unidos, Espanha e Canadá, entre outras. Ao mesmo tempo, apesar dos altos impostos e de seu peso sobre a atividade, a contrapartida via serviços públicos fica aquém do observado não apenas nestas economias centrais, mas, em alguns casos, também em países emergentes.

Gráfico 14 . Carga Tributária por PIB Per Capita Países Selecionados



Fonte: FMI e Banco Mundial, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ

O sistema tributário brasileiro padece de alta complexidade, de tributos com efeitos cumulativos e de pouca equidade. O peso expressivo de impostos sobre o trabalho e as empresas gera um impacto negativo sobre o crescimento econômico. A despeito dos ganhos de eficiência do sistema arrecadatório e do crescimento econômico, o crescimento das despesas públicas, sobretudo aquelas de menor flexibilidade e apoiadas em elevação de receitas não permanentes, distancia o horizonte para uma reforma tributária capaz de permitir um sistema de tributos mais eficaz e transparente.

A questão da transparência está inexoravelmente relacionada à maior eficiência da aplicação das receitas públicas. Em função disso, a Fecomércio-RJ realiza, em parceria com a Ipsos, um levantamento anual que busca estudar a percepção do brasileiro quanto à arrecadação de tributos e o uso destes recursos. A pesquisa conta com mil entrevistados, em 70 cidades brasileiras, incluindo nove regiões metropolitanas.

Os dados mostram um avanço importante da conscientização dos brasileiros no que diz respeito à cobrança de impostos. Na pesquisa de 2011, 62% dos brasileiros declararam pagar algum tipo de imposto. Em 2007, primeiro ano da pesquisa, esta parcela era de apenas 45%.

Tabela 3

Você paga algum tipo de imposto? (%)		
	2007	2011
Sim	45	62
Não	52	36
Não Sabe/Não Respondeu	2	1

Fonte: Fecomércio-RJ

Já o percentual de entrevistados que identifica o pagamento de tributos diretos sobre produtos e serviços dobrou no período, tendo em vista que passou de 28% para 57%. Essa alta na percepção deve-se ao crescimento do consumo da população brasileira e ao maior acesso ao mercado de trabalho nos últimos anos.

A pesquisa revelou ainda que 82% dos brasileiros aumentariam o consumo de alimentos se não precisassem pagar tributos. Em seguida, entre os grupos de itens mais citados, apareceram Vestuário, com 74%, Itens de Higiene (67%) e Produtos de Saúde (61%). Além de reflexo do cenário recente de alta dos preços de alimentos e bebidas, a distribuição dos gastos com eventual retirada de tributos obedece, em geral, aos itens com maior peso no orçamento do consumidor, e não a produtos de maior valor agregado relacionados à demanda reprimida.

Depois de expostas diversas afirmações sobre as quais os entrevistados deveriam responder se concordavam ou não, aquelas que obtiveram maior anuência foram: 91% para “A nota fiscal deve mostrar o valor que está sendo pago com impostos, em cada produto”; 84% para “O dinheiro público mal empregado leva ao aumento dos impostos”; 85% para “Deve haver maior esclarecimento à população com relação aos impostos que incidem em cada mercadoria”; 83% para “Os impostos travam o crescimento da economia”; 70% para “a redução da carga tributária reduzirá o preço final dos produtos”; e 60% para “a redução da carga tributária trará a inclusão social no país”.

Tabela 4

O(a) Sr(a) concorda ou discorda das seguintes afirmações: (% Concorda)		
	2007	2011
A nota fiscal deve mostrar o valor que está sendo pago com impostos, em cada produto	91	88
Os impostos travam o crescimento da economia	86	83
Deve haver maior esclarecimento à população, com relação aos impostos que incidem em cada mercadoria	85	82
O dinheiro público mal empregado leva ao aumento dos impostos	82	80
A redução da carga tributária reduzirá o preço final dos produtos	67	68
O incentivo a fabricantes nacionais reduzirá a carga tributária	68	66
A redução da carga tributária trará a inclusão social no país	65	65
A redução da carga tributária aumentará a margem de lucro da empresa, e não trará redução de preços ao consumidor	50	55

Fonte: Fecomércio-RJ

BAIXOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

A qualificação da mão de obra é tida como um dos principais pilares para o desenvolvimento econômico de um país. Diante de uma perspectiva favorável para a economia brasileira, os investimentos na educação de base serão primordiais para concretizar a mudança de patamar do país no cenário externo. A superação do estágio de crescimento atual está correlacionada a ganhos de produtividade que só serão alcançados com uma educação de melhor qualidade. De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o número médio de anos de estudo dos brasileiros é de 8,1. No estado do Rio de Janeiro, a média fica em 9,2 anos.

A distribuição das escolaridades por setores da economia evidencia os níveis crescentes de competitividade e como o Comércio de Bens, Serviços e Turismo tem empregado mão de obra cada vez mais qualificada. Em 2010, segundo dados do Ministério do Trabalho, 60% dos trabalhadores do comércio tinham nível de instrução entre 2º grau completo e curso superior incompleto. Em 2007, esta taxa ficou em 53,4%. O setor de serviços apresenta uma participação mais acentuada de trabalhadores com maiores níveis de instrução. 22,8% dos trabalhadores possuem curso superior completo, mestrado ou doutorado (contra 21,8% em 2007), enquanto 47,1% têm grau de escolaridade entre 2º grau completo e superior incompleto (contra 42,8% em 2007).

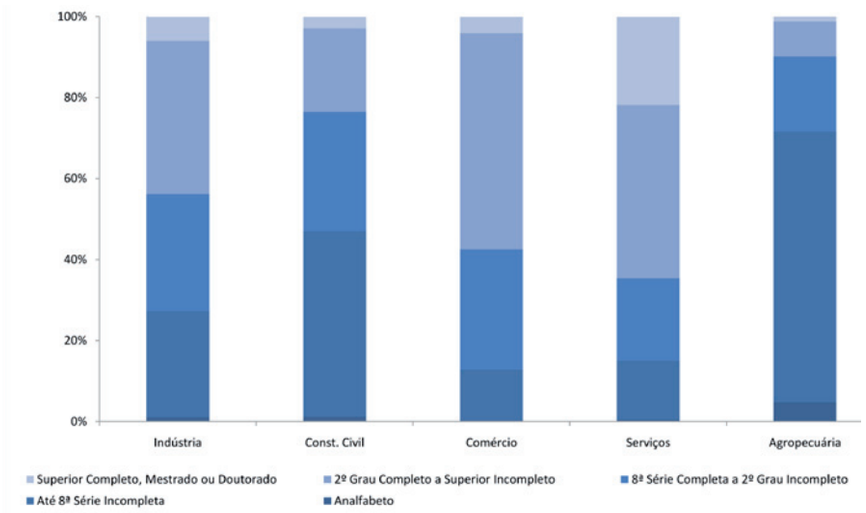
Tabela 5

Número médio de anos de estudo por grupos de idade - 2009

Faixas etárias	Brasil	Estado do Rio de Janeiro
De 10 a 14 anos de idade	4,1	4,7
De 15 a 17 anos de idade	7,3	7,2
18 ou 19 anos de idade	9,0	9,3
De 20 a 24 anos de idade	9,6	10,1
De 25 a 29 anos de idade	9,4	10,4
De 30 a 39 anos de idade	8,2	9,5
De 40 a 49 anos de idade	7,6	9,2
De 50 a 59 anos de idade	6,5	8,4
60 anos de idade ou mais	4,2	7,4
Total	8,1	9,2

Fonte: PNAD/IBGE, 2009. Elaboração: Fecomércio-RJ

Gráfico 15 . Distribuição das Escolaridades por Setores Brasil



Fonte: RAIS/MTE. 2010. Elaboracão: Fecomércio-RJ.

BAIXOS RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO

O país obteve, ao longo dos últimos anos, avanços notórios no combate à desigualdade de renda. Com persistentes avanços da massa salarial, queda do desemprego e políticas de transferência de renda, tornou-se possível a inserção de parte da sociedade que vivia à margem do mercado. Ainda assim, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009, do IBGE, 71,5% das pessoas ocupadas com 10 anos ou mais tinham rendimento mensal de até dois salários mínimos. Para o estado do Rio de Janeiro, o percentual cai para 62,8%. Por este cenário, os baixos rendimentos da população ainda figuram entre os problemas apontados pela Pesquisa Dificuldades, da Fecomércio-RJ.

Tabela 6

Classes de rendimento mensal do trabalho principal - 2009

Faixas salariais	Brasil	Estado do Rio de Janeiro
Até 1/2 SM	18,8%	5,1%
Mais de 1/2 a 1 SM	20,1%	17,9%
Mais de 1 a 2 SM	32,6%	39,8%
Mais de 2 a 3 SM	10,9%	12,9%
Mais de 3 a 5 SM	9,4%	12,5%
Mais de 5 a 10 SM	5,4%	7,3%
Mais de 10 a 20 SM	2,1%	3,3%
Mais de 20 SM	0,7%	1,2%

Fonte: PNAD/IBGE, 2009. Elaboração: Fecomércio-RJ

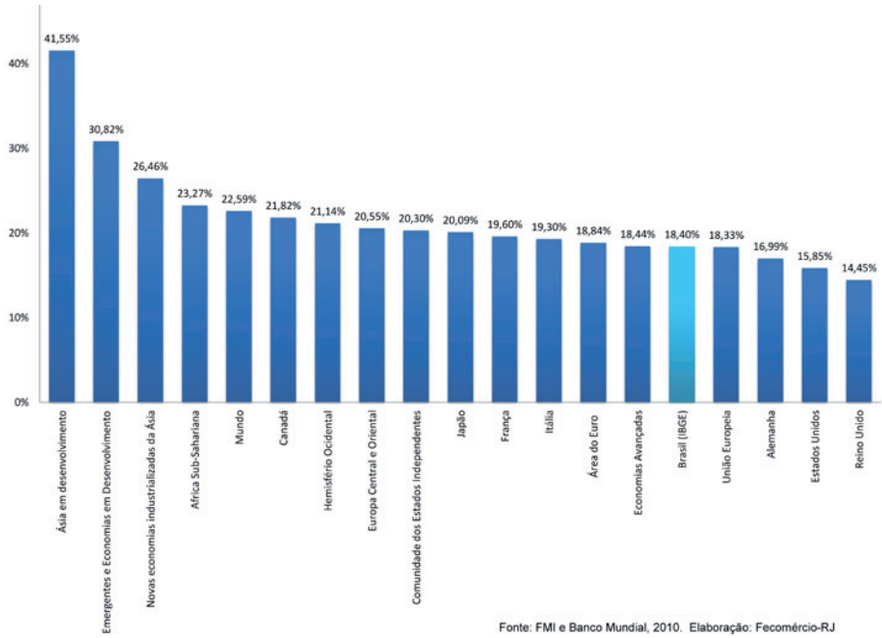
Por outro lado, as classes de poder aquisitivo mais baixo exercem um papel primordial na massa de consumo, e o comércio tem desenvolvido uma série de estratégias específicas para esta fatia de mercado. O crédito mais acessível e o fortalecimento do emprego formal, que contribui para maiores garantias na tomada dos financiamentos e no acesso às instituições bancárias, devem continuar a contribuir para a solidificação desta "nova classe", com sonhos de consumo por realizar e crescente grau de exigências.

BAIXOS NÍVEIS DE POUPANÇA E INVESTIMENTO

O Brasil tem passado por um período de forte otimismo, com destaque no cenário externo, grande fluxo de capital estrangeiro, estabilidade monetária, fortalecimento do mercado interno e crescimento econômico. Apesar da alta do PIB de 7,5% em 2010, o país ainda encontra dificuldades para estabelecer um padrão de expansão superior ao intervalo entre 4,5% e 5% sem gerar pressões inflacionárias. Para um crescimento equilibrado, é fundamental que as taxas de investimento e de poupança do país avancem de forma sustentada, a fim de acompanhar o aquecimento da demanda doméstica e aumentar o potencial de crescimento da economia brasileira.

Conforme exposto no comparativo internacional, a taxa de investimento no Brasil fica bem aquém do padrão de países emergentes. Enquanto aqui esta proporção ficou em 18,4%, em 2010, a média de países asiáticos em desenvolvimento ficou em 45,3%. A taxa média das nações emergentes ficou em 32,5%. O Brasil possui uma taxa de investimento similar à de economias desenvolvidas, que já possuem uma maior capacidade produtiva. Essa realidade está relacionada ao baixo nível de investimento público, atualmente em torno de 2,5%, o que acaba por limitar o potencial de crescimento doméstico.

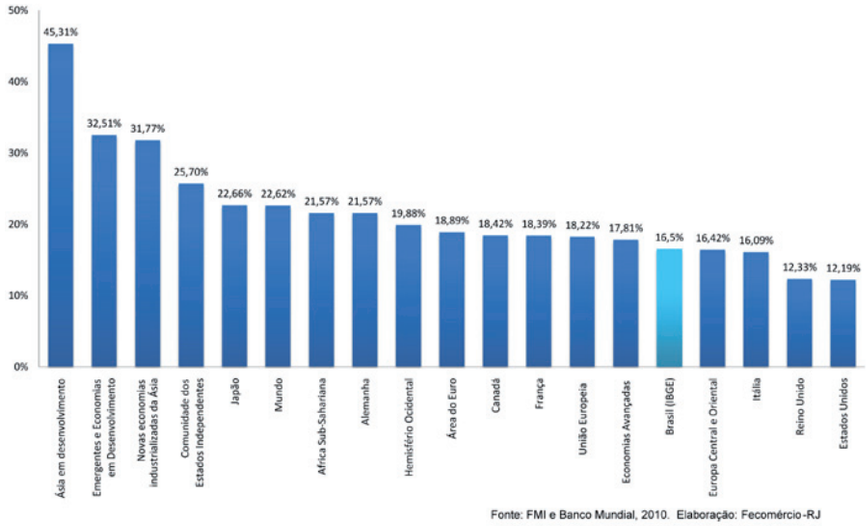
Gráfico 16 . Taxa Investimento / PIB Países Selecionados



Fonte: FMI e Banco Mundial, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ

A taxa de poupança interna sobre o PIB fechou 2010 em 16,5%. O excedente da taxa de investimento acaba por ser financiado via poupança externa. O governo brasileiro gasta mais do que arrecada e essa despoupança pública limita a capacidade de crescimento da atividade doméstica, sobretudo pela natureza das despesas governamentais, que pouco priorizam os investimentos.

Gráfico 17 . Taxa Poupança Interna / PIB Países Selecionados



Fonte: FMI e Banco Mundial, 2010. Elaboração: Fecomércio-RJ

Apesar do Brasil ainda registrar uma taxa de poupança baixa quando comparada à de outros países, pelo menos sob o ponto de vista das famílias, aos poucos, mais brasileiros têm conseguido guardar dinheiro. Pela pesquisa Perfil do Poupador Brasileiro, realizada em âmbito nacional pela Fecomércio- RJ/Ipsos, 18% dos entrevistados informaram que têm algum dinheiro guardado, na leitura de 2011. Trata-se do maior nível já registrado para o mês de julho desde a primeira pesquisa, realizada em 2006. Entre os brasileiros com alguma poupança, o levantamento revela que, em 2011, 49% conseguiram guardar mais algum dinheiro, 31% não movimentaram o que já tinham e 18% mexeram no que estava guardado.

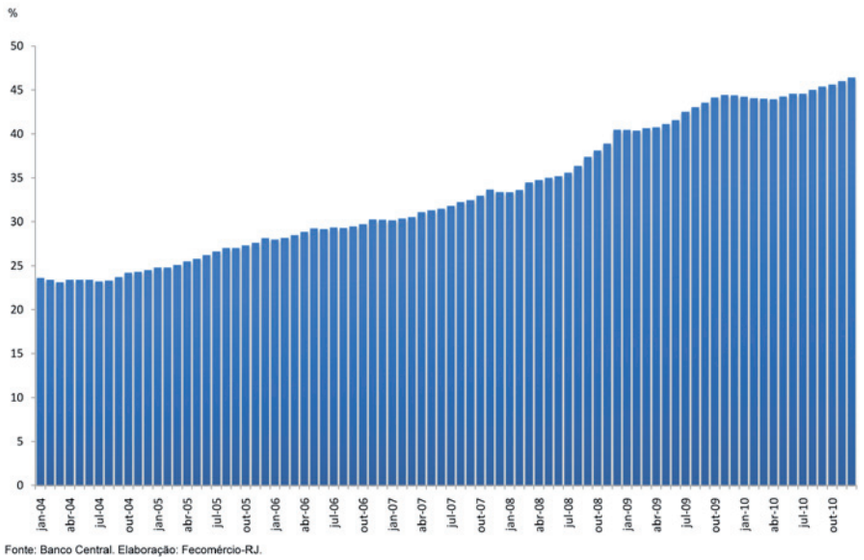
Questionados sobre o que pretendem fazer com a poupança, as principais intenções apontadas foram: gastar no futuro numa eventualidade (45%); reformar a casa (15%); comprar um carro (9%). Para o brasileiro, poupar ainda não é um hábito. O perfil do investidor continua sendo conservador e a preferência quanto à forma de guardar dinheiro ainda é a caderneta de poupança (77%). Entre os brasileiros com alguma reserva, 19% guardam em casa e apenas 4% aplicam em fundos de investimentos. A pesquisa é realizada anualmente com mil entrevistados em 70 cidades brasileiras, incluindo nove regiões metropolitanas.

CRÉDITO RESTRITO

A evolução do crédito no Brasil tem sido uma das principais ferramentas para o fortalecimento do mercado doméstico, financiando tanto investimentos de empresas quanto o consumo das famílias. A proporção do crédito total sobre o PIB saiu de 23,6%, em janeiro de 2004, para 46,4% em dezembro de 2010, de acordo com dados do Banco Central. Ainda assim, tomando como base informações do Banco Mundial de 2010, a taxa brasileira permanece aquém das verificadas em países pares.

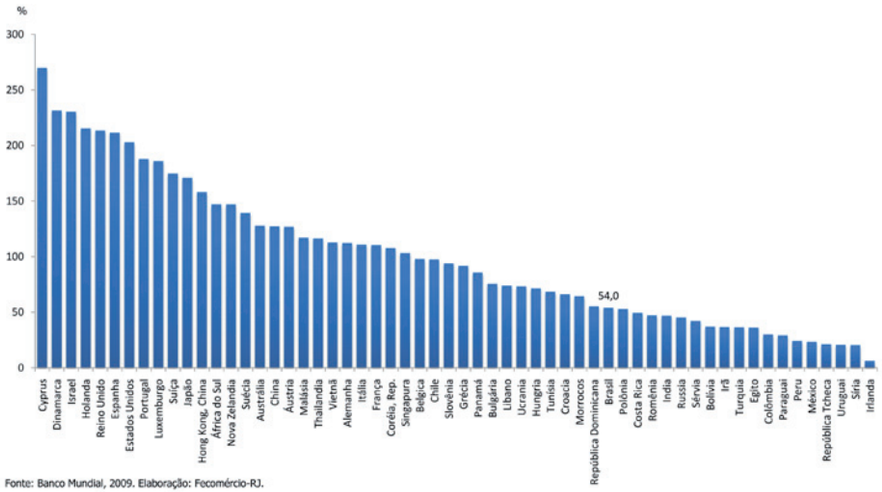
Apesar da metodologia diferente e dos dados mais recentes serem de 2009, os números do Banco Mundial evidenciam a diferença entre a disponibilidade de crédito no país em comparação com outras economias, a despeito do crescimento consistente verificado nos últimos anos. Enquanto no Brasil a proporção do crédito doméstico ao setor privado sobre o PIB representava 54,0% em 2009, África do Sul, China e Chile apresentavam, respectivamente, 147,1%, 127,3% e 97,5%. Com taxas inferiores à do Brasil e com dinâmicas de desenvolvimento próximas, aparecem Índia (46,8%) e Rússia (45,3%).

Gráfico 18 . Crédito Total do Sistema Financeiro / PIB Brasil 2004-2010



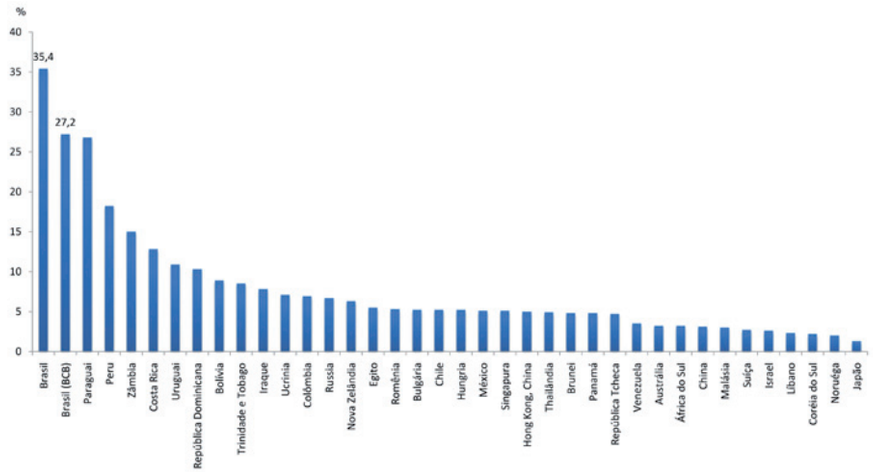
Fonte: Banco Central. Elaboração: Fecomércio-RJ.

Gráfico 19 . Relação Crédito Doméstico ao Setor Privado / PIB no Mundo 2009



Fonte: Banco Mundial, 2009. Elaboração: Fecomércio-RJ.

Gráfico 20 . Taxa de Spread Bancário 2009

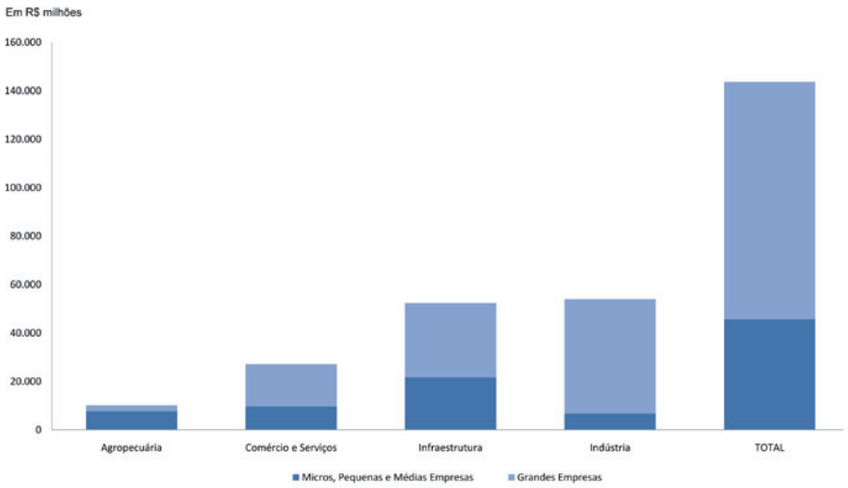


Fonte: Banco Mundial e Banco Central do Brasil. Elaboração: Fecomércio-RJ.

Além da baixa proporção do crédito sobre o PIB, os spreads cobrados nos financiamentos são historicamente elevados. Os spreads correspondem à diferença entre a taxa de captação dos recursos pelas instituições financeiras e a taxa cobrada aos tomadores de empréstimos. Também de acordo com dados do Banco Mundial, o Brasil, durante o ano de 2009, teve um spread médio de 35,4%. Chile, México, África do Sul e China possuíam taxas de 5,2%, 5,1%, 3,2% e 3,1%, respectivamente. Assim como ocorre com a relação crédito/PIB, as metodologias do Banco Mundial e do Banco Central são diferentes. Considerando este segundo caso, a taxa média do spread, em 2008, foi de 27,2%.

O governo tem reforçado nos últimos anos sua política de crédito direcionado via atuação do BNDES. Só em 2010, foram desembolsados R$ 143,6 bilhões em empréstimos para pessoas jurídicas. No entanto, apenas 19% dessa soma (R$ 27,1 bilhões) foram destinados às empresas de Comércio e Serviços. Quanto aos demais setores, R$ 10,1 bilhões foram designados à Agropecuária, R$ 52,4 bilhões à Infraestrutura e R$ 54,0 bilhões à Indústria.

Gráfico 21 . BNDES - Desembolso Total por Setores Divisão por Setores



Fonte: BNDES. Elaboração: Fecomércio-RJ.

Não obstante a baixa representatividade de Comércio e Serviços sobre as concessões totais, as empresas de menor porte ficam ainda mais à margem deste crédito subsidiado. Dos R$ 27,1 bilhões concedidos ao setor, R$ 9,6 bilhões foram destinados às micros, pequenas e médias. E mesmo esses números são relativos, visto que a classificação de portes de empresas definida pelo BNDES não condiz com a realidade do Comércio de Bens e Serviços. Como micro empresa, o Banco considera os estabelecimentos com receita bruta operacional no ano de até R$ 2,4 milhões e, pequena, entre R$ 2,4 milhões e R$ 16,0 milhões. A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, por sua vez, define como microempresa aquela com receita anual bruta de até R$ 360 mil, e como pequena aquela com receita anual bruta que vai de R$ 360 mil a R$ 3,6 milhões.

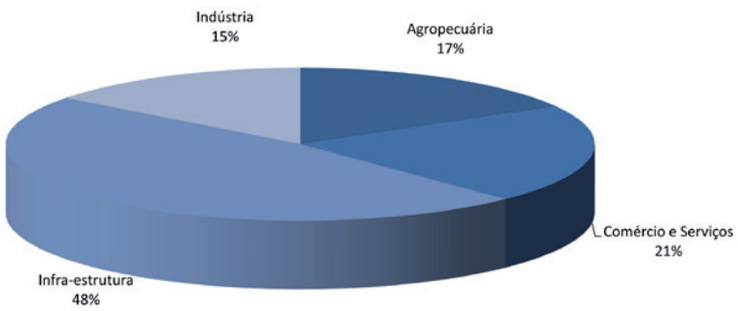
Tabela 7

Definição BNDES	Receita Operacional Bruta Anual
Microempresas	até R$ 2,4 mi
Pequenas Empresas	acima de R$ 2,4 mi a R$ 16 mi
Médias Empresas	acima de R$ 16 mi a R$ 90 mi
Média-grande empresa	acima de R$ 90 mi a R$ 300 mi
Grandes Empresas	Acima de R$ 300 mi

Fonte: BNDES

Considerando estritamente os desembolsos do BNDES para micro e pequenas e médias empresas em 2010, R$ 45,6 bilhões, 21% foram destinados a Comércio e Serviços, 15% à Indústria, 17% à Agropecuária e 48% à Infraestrutura.

Gráfico 22 . BNDES - Desembolso do BNDES para Micro, Pequena e Médias Empresas 2010



Fonte: BNDES. Elaboração: Fecomércio-RJ.

As dificuldades de acesso ao crédito por parte das MPEs não se restringem meramente aos financiamentos do BNDES, bem como são comuns em economias emergentes. Em geral, essas dificuldades estão relacionadas à ausência de maiores garantias e informações para a tomada de financiamento, o que minimizaria os riscos e, por conseguinte, as taxas cobradas. Nesse sentido, a iniciativa de criação do Cadastro Positivo tende a contribuir para um maior acesso ao crédito por parte de empresas de menor porte. As experiências ao redor foram bastante proveitosas e resultaram em aumento do volume de recursos emprestados e redução dos juros, visto que, ao identificar os bons pagadores, a adimplência é premiada com a diminuição da assimetria de informações. Dessa forma, a possibilidade de cobrança de taxas diferenciadas faz com que bons pagadores deixem de arcar com juros maiores em virtude das perdas ocasionadas por dívidas de terceiros.

Com o cadastro positivo, o sistema financeiro e todas as outras concedentes de crédito passam a ter acesso às informações comportamentais dos clientes. Com ele, quem financia tem suas decisões agilizadas, sua

base de clientes ampliada, acréscimo de lucratividade e melhor competitividade. Para o consumidor, a medida também é bastante positiva, visto que se deixa de cobrar de toda a sociedade o risco dos maus pagadores. O governo, por sua vez, ganha com a maior estabilidade do sistema financeiro e com o fomento à atividade econômica, capaz de gerar maiores receitas com a arrecadação.

Ainda sobre crédito, a Fecomércio-RJ realiza anualmente um levantamento sob a ótica do consumidor, feito em parceria com a Ipsos, com mil entrevistados, em 70 cidades brasileiras, incluindo nove regiões metropolitanas.

A pesquisa mostra que, a despeito do curso atual de fortalecimento do emprego formal e da maior disseminação da rede financeira, menos da metade dos brasileiros possui conta bancária. No entanto, apesar do número de correntistas ainda ser relativamente pequeno (46,5%), em 2011, a parcela da população no sistema bancário cresceu 13,4 pontos percentuais desde 2007, quando os correntistas representavam 33,1% da população.

O fortalecimento do processo de inclusão bancária está relacionado à conjuntura econômica favorável, à migração de um contingente relevante de brasileiros das classes D e E para a C, ao crescimento do crédito e à expansão do mercado de trabalho, além da maior disseminação dos cartões como meios de pagamento.

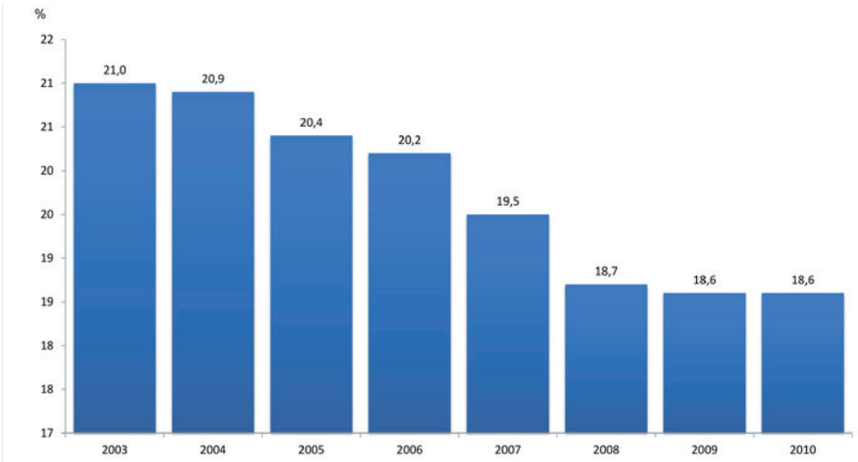
O cenário mostra o fortalecimento do mercado doméstico e da classe média, puxado pelo avanço do emprego formal – sobretudo pelo papel fundamental da carteira assinada junto às instituições financeiras.

Em relação ao crédito adquirido, a pesquisa Fecomércio-RJ/Ipsos mostra que a população continua a dar preferência ao financiamento direto no estabelecimento (55,0%), seguido do cartão de crédito (28,6%). A rapidez na aprovação e os prazos de parcelamento mais longos são os principais motivos mencionados pelos entrevistados no que se refere à decisão pelo tipo de financiamento.

INFORMALIDADE E PIRATARIA

A economia informal possui diferentes nuances e está relacionada a atividades que, a rigor, se encontram à margem da legalidade. A relação da atividade informal sobre o PIB vinha decaindo desde 2003 até que, a partir de 2008, se manteve relativamente estável, até mesmo em 2010, ano de forte crescimento econômico. Trata-se de um resultado preocupante, que evidencia a necessidade de iniciativas no sentido de desburocratização de nossa economia e de menores impostos.

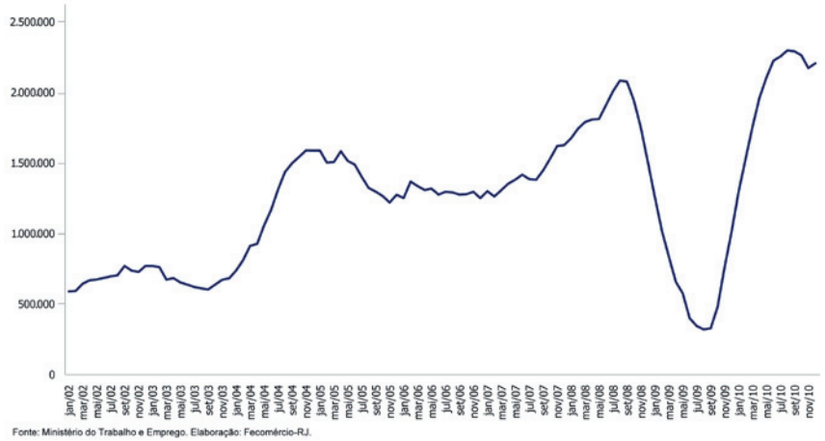
Gráfico 23 . Relação Informalidade / PIB 2003 a 2010



Fonte: Ibre/FGV e ETCO Elaboração: Fecomércio-RJ.

Pelo menos no que diz respeito ao mercado de trabalho, há um processo consistente de formalização. A geração de empregos formais, à exceção do período da crise, tem se mantido em alta. Enquanto em 2002 foram gerados cerca de 770 mil empregos com carteiras assinadas, ao fim de 2010 o saldo ultrapassou 2,2 milhões de empregos formais.

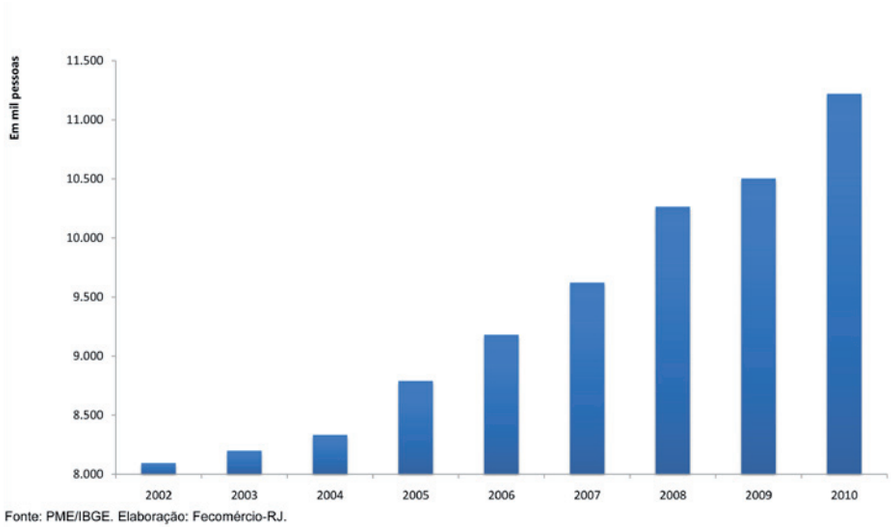
Gráfico 24 . Emprego Formal Saldo Acumulado em 12 Meses Brasil



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: Fecomércio-RJ.

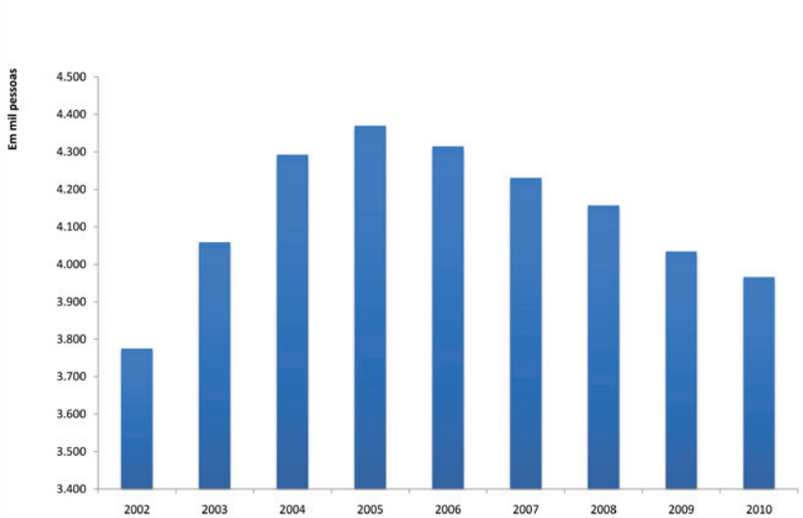
De acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, os empregos com carteira assinada nas regiões metropolitanas analisadas representavam 45,5% da população ocupada em 2002, enquanto em 2010 essa taxa passou para 51,0%. Ao mesmo tempo, a proporção de empregos sem carteira passou de 21,2% para 18,0% no mesmo período. A melhora nas relações de trabalho representa um avanço importante e cria condições favoráveis para a manutenção do bom desempenho do mercado doméstico.

Gráfico 25 . Evolução do Emprego Formal nas Regiões Metropolitanas Médias Anuais 2002 - 2010



Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Fecomércio-RJ.

Gráfico 26 . Evolução do Emprego Informal nas Regiões Metropolitanas Médias Anuais 2002 - 2010



Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Fecomércio-RJ.

Em relação à pirataria, pesquisa da Fecomércio-RJ/Ipsos revela que o consumo de produtos piratas pela população brasileira cresceu entre 2010 (48%) e 2011 (52%). Essa foi a primeira vez, desde o início da pesquisa (2006), que mais da metade da população admitiu ter comprado algum produto pirata no ano. Transformando esse percentual em números absolutos, aproximadamente 74,3 milhões de brasileiros contribuíram com esse crime, ante 68,4 milhões no ano passado. Ou seja, cerca de 6 milhões de brasileiros que não consumiam produtos piratas em 2010 passaram a comprá-los em 2011, o equivalente à população aproximada da cidade do Rio de Janeiro.

A principal justificativa apresentada para a compra de produtos piratas continua sendo o preço mais em conta, com 96% das citações entre os consumidores desse mercado. A desculpa de que são produtos mais fáceis de se encontrar (14%) e o fato de estarem disponíveis antes do original (9%) vêm logo em seguida.

Tabela 8

Por que o(a) sr(a) optou por comprar produtos pirata? (%)	
Preços mais em conta	96
Porque é mais fácil de se encontrar	14
O produto pirata está disponível antes do produto original	9
Alguns produtos podem ser descartáveis e, portanto, a qualidade não é tão importante	7
Para alcançar um "status" que um produto original me traria	2

Fonte: Fecomércio-RJ/Ipsos

O levantamento mostra que, apesar de ter consciência sobre a ilegalidade desta prática e seus malefícios, o consumidor não muda sua atitude e continua comprando o produto falsificado. O estudo mostrou que 80% dos brasileiros acreditam que a pirataria prejudica o fabricante ou artista, para 78%, alimenta a sonegação de impostos e para 74% prejudica o faturamento do comércio. Os brasileiros consideram ainda que o uso desses produtos pode lhes trazer consequências negativas (60%), que a pirataria causa desemprego (61%) que incentiva o crime organizado (66%).

Tabela 9

O(a) sr(a) acha que... (%sim)	
O uso destes produtos pode lhe trazer alguma consequência negativa?	60
A pirataria causa desemprego?	61
A pirataria aumenta o crime organizado?	66
A pirataria prejudica o faturamento do comércio?	74
A pirataria prejudica o fabricante ou o artista?	80
A pirataria alimenta a sonegação de impostos	78

Fonte: Fecomércio-RJ/Ipsos

Entre os produtos piratas mais comprados, permanecem na ponta desde 2006 CDs, hoje com 81%, seguidos de DVDs, com 76% das adesões. Em terceiro lugar, aparecem roupas (11%), óculos (10%), relógios (7%), calçados, bolsas ou tênis (7%) e equipamentos eletrônicos (7%). Nesse caso, é importante ressaltar que os artigos de moda tiveram aumento de 10 pontos percentuais, de um ano para o outro, no mercado ilegal.

Tabela 10

Qual produto pirata o(a) sr(a) comprou? (%)	
CD	81
DVD	76
Óculos	10
Roupas	11
Calçados, Bolsas ou Tênis	7
Relógios	7
Brinquedos	5
Perfumes	4
Cigarros	4
Isqueiros	4
Equipamentos eletrônicos	7
Canetas	2
Programas de computador	5
Artigos esportivos	2
Outros	3
Aparelhos de barbear	1
Acessórios para veículo	1
Não Respondeu	0

Fonte: Fecomércio-RJ/Ipsos

Entre os entrevistados que não compram mercadorias falsificadas (48%), as razões mais citadas foram a qualidade ruim dos produtos (60%) e a falta de garantia (25%). Apenas 8% afirmaram não comprar por medo de ser punido.

Ainda pela pesquisa, 42% dos brasileiros consideram que baixar músicas ou outros conteúdos pela Internet sem a autorização do proprietário é crime, enquanto 31% acham que é uma prática dentro da lei.

A pesquisa O Consumo de Produtos Piratas no Brasil da Fecomércio-RJ/Ipsos também é realizada anualmente, com mil pessoas, em 70 cidades do país, incluindo nove regiões metropolitanas.

CUSTOS SOBRE UTILIZAÇÃO DE CARTÕES

A Fecomércio-RJ realiza anualmente um levantamento sobre os custos de utilização dos cartões para os estabelecimentos. Desde o dia 1º de julho de 2010, passaram a valer novas regras para esse mercado. O fim da exclusividade entre credenciadoras e operadoras permite que uma só máquina registre transações de diferentes bandeiras, medida que visa a fomentar a competitividade do setor. De acordo com pesquisa da Fecomércio-RJ, realizada em agosto de 2011, 74% dos estabelecimentos do comércio fluminense consultados identificaram alguma melhora em função dessa medida. A iniciativa, no entanto, é só um começo diante da necessidade urgente de uma regulação mais ampla para o mercado de cartões, no qual se nota fortes indícios de práticas anticompetitivas.

De maneira geral, a pesquisa mostra uma tendência de redução dos custos para o comércio, mas com efeitos mais concentrados nos valores cobrados pelo aluguel das máquinas. O gasto mensal médio por máquina de débito ficou em R$ 70,19 em 2011, contra R$ 86,99 no ano anterior. Para as máquinas de cartões de crédito os valores foram R$ 69,36, em 2011, e R$ 83,86 em 2010. No caso dos aluguéis, os valores cobrados das micro e pequenas empresas são inferiores aos que incidem sobre as médias e grandes, diferentemente do que ocorre com as taxas, conforme exposto a seguir.

Tabela 11

CARTÕES DE DÉBITO						
Quanto custa cada máquina por mês?	GERAL		Grandes e Médias		Pequenas e Micros	
(taxa de manutenção ou aluguel da máquina, em valores de agosto/2011)	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MÉDIA (R$)	86,99	70,19	99,73	81,78	85,46	68,27

Fonte: Fecomércio-RJ

Tabela 12

CARTÕES DE DÉBITO						
Quanto custa cada máquina por mês?	GERAL		Grandes e Médias		Pequenas e Micros	
(taxa de manutenção ou aluguel da máquina, em valores de agosto/2011)	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MÉDIA (R$)	83,86	69,36	93,62	81,74	82,86	67,56

Fonte: Fecomércio-RJ

Apesar da redução dos custos fixos pela utilização das máquinas, as taxas de desconto, que mais pesam sobre as empresas do varejo, não sofreram o mesmo efeito. Os percentuais médios cobrados sobre as transações foram de 2,85% nos cartões de débito, e de 3,90%, nos de crédito. Em 2010, as taxas estavam em 2,77% e 4,03%, respectivamente. Em casos extremos, as taxas chegam a 5% sobre transações com cartões de débito e a 6%, nas operações com cartões de crédito.

Tabela 13

CARTÕES DE DÉBITO						
Qual o percentual cobrado por cada transação efetivada?	GERAL		Grandes e Médias		Pequenas e Micros	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MÉDIA (%)	2,77	2,85	2,42	2,68	2,84	2,89

Fonte: Fecomércio-RJ

Tabela 14

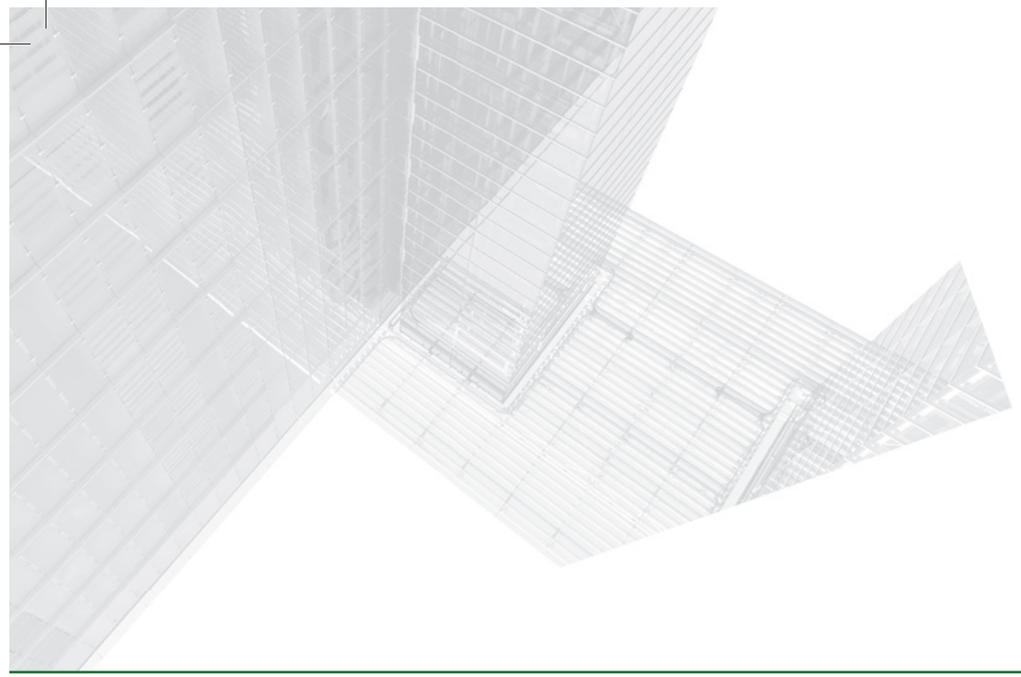
CARTÕES DE CRÉDITO						
Qual o percentual cobrado por cada transação efetivada?	GERAL		Grandes e Médias		Pequenas e Micros	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MÉDIA (%)	4,03	3,90	3,75	3,55	4,08	3,97

Fonte: Fecomércio-RJ

A pesquisa mostrou, também, que as taxas cobradas às empresas de menor porte são superiores às taxas cobradas das médias e grandes. Micro e pequenas empresas do estado do Rio de Janeiro pagam, em média, 2,89% sobre o valor da transação no cartão de débito (empresas médias e grandes pagam 2,68%). Quanto às transações com cartões de crédito, micro e pequenas empresas pagam, em média, 3,97%, enquanto que as médias e grandes, 3,55%.

A popularização dos cartões é importante para a economia, não há dúvida. Mas é preciso haver fiscalização e transparência nas relações entre as diferentes instâncias do mercado a fim de garantir que as administradoras não utilizem a crescente demanda pelos meios de pagamentos eletrônicos como pretexto para a cobrança de taxas abusivas.

Por isso, a Fecomércio-RJ entende como essencial um esforço conjunto, público e privado, por um maior grau de competitividade no mercado de cartões. O fim da exclusividade foi um passo inicial, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para se chegar próximo ao necessário equilíbrio econômico. Precisamos, portanto, de uma regulamentação mais ampla e efetiva, que garanta, ao mesmo tempo, maior concorrência no mercado, aperfeiçoamento da segurança do sistema e economia para todas as partes.



CONCLUSÃO

Esta publicação tem por objetivo lançar luz sobre a contribuição do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, de modo a enumerar, reconhecer e elucidar oportunidades e desafios que marcam a trajetória do desenvolvimento comercial no Brasil, em geral, e no estado do Rio de Janeiro, em particular. Ao longo da publicação, a cada novo indicador abordado, confirmamos o protagonismo do setor, em variáveis como número de estabelecimentos, emprego formal e primeiro emprego, sempre realçado pelo papel decisivo das micro e pequenas empresas no desenvolvimento fluminense.

Hoje, vivemos um momento em que se evidencia de maneira ainda mais contundente a relevância das empresas de menor porte na absorção de mão de obra, na geração de renda, na segurança pública, na arrecadação de impostos e na necessária resposta às demandas que emergem face aos preparativos para sediar Copa do Mundo e Olimpíadas. Para uma real dimensão desse quadro, basta lembrarmos que não apenas quase a totalidade dos estabelecimentos fluminenses é composta por micro ou pequenas empresas, mas também que mais de 70% do total de empregados no comércio estão em empresas desse porte.

É bem verdade que nem tudo são flores. Vimos também que essas empresas enfrentam elevada carga tributária, excessiva burocracia, custos relativamente mais altos em parcerias com empresas de cartões e maiores restrições ao acesso ao crédito, sem contar a concorrência desleal de produtos piratas e da informalidade. Levando-se em consideração todas essas variáveis, vimos que abrir as portas e manter em funcionamento um estabelecimento comercial no Brasil, sem dúvida, é um desafio mais dispendioso e complexo em comparação a outros países.

Ainda assim, o Comércio de Bens, Serviços e Turismo segue com sua missão de agregar valor, gerar empregos, renda, bem estar e, em suma, contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país e do estado do Rio de Janeiro, com base numa visão empreendedora e visão competitiva.